



casadesarmento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

O NOSSO CONCURSO

MEMÓRIAS DO PROFESSOR PRIMÁRIO

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES

(Conclusão de pág. 119)

V

Obrigatoriedade do ensino.

Assistência Escolar

Eis um problema importantíssimo a resolver. Desde 1835 — reforma de Rodrigo da Fonseca Magalhães — que foi estabelecido em Portugal o ensino primário obrigatório. Mas a verdade é que ainda mesmo em nossos dias o ensino obrigatório não passa duma lenda. A obrigatoriedade do ensino não existe de facto; existe simplesmente no papel para inglês ver. Frequenta a escola somente quem quer e quando lhe apraz, sem a menor preocupação com a regularidade da frequência. E' claro que nada se poderia esperar de melhor, perante o disinteresse do Estado sobre este magno assunto. Num país de analfabetos, como o nosso, não se justifica este desinteresse. Se fôssemos um país de gente culta, onde cada um de nós soubesse bem quais os deveres cívicos e morais que lhe cumpre observar, decerto poderia dispensar-se a interferência do Estado, porque não haveria ninguém que deixasse de mandar os seus filhos à escola buscar o pão do espírito. Mas, assim, é preciso que o Estado se imponha, fazendo

cumprir a lei. As reformas de 1902 e 1911 aplicavam penalidades aos responsáveis pela educação das crianças, em idade escolar, que não fôsem matriculadas na época competente. Para isso, organizava-se o recenseamento das crianças dos 6 aos 12 ou dos 7 aos 14 anos e, por êsse recenseamento, o professor fazia a matrícula. No fim do mês de Outubro, os professores enviavam, ao Inspector Escolar, uma relação das crianças recenseadas que se não apresentaram à matrícula e o Inspector, por sua vez, dava conhecimento dessa relação ao Administrador do concelho, para intimar os responsáveis pela educação dessas crianças a mandá-las matricular, intimação que, a não ser obedecida, implicava a aplicação duma multa pecuniária que podia ir até ao quádruplo, dentro do mesmo ano lectivo, em caso de reincidência. Esta lei nunca foi executada nem cumprida integralmente. A organização do recenseamento escolar competia às Juntas de freguesia; mas elas nunca quiseram saber disso para nada. O professor, sozinho, e algumas vezes acompanhado do servo da freguesia, foi quem procedeu sempre a êsse serviço. A princípio os professores, como dizia, enviavam aos inspectores a relação das crianças recenseadas e não matriculadas, para o efeito de serem obrigadas à frequência; mas os resultados eram sempre nulos. Pouco a pouco foram-se convencendo de que era inútil o trabalho que tinham com o recenseamento e com as relações enormes dos não matriculados. Mas não é só cá por baixo que se liga pouca importância a estas *pequenas* coisas. Lá no alto sucede o mesmo ou pior ainda. E tanto assim é que a reforma da instrução, em vigor, não foi ainda regulamentada na parte que diz respeito à obrigatoriedade do ensino. Há dois anos que se não faz o recenseamento escolar, desconhecendo-se qual é o número de crianças em condições de frequentar a escola. Vive-se num regime de ensino completamente facultativo e não obrigatório, o que contribui para que a frequência nas escolas seja cada vez mais irregular e diminua sensivelmente.

Alguém poderá objectar-me: — «Como se há-de pôr em prática o ensino obrigatório, se ainda não está organizada a assistência escolar?» Sim; efectivamente há muitas crianças, em idade escolar, cujas condições

de vida lhes não permitem frequentar a escola, quer seja por falta de vestuário, quer por falta de alimentação, etc.; é claro que estas crianças nunca poderão ser obrigadas à frequência escolar, sem que a assistência lhes possa fornecer essas coisas. Mas a circunstância de não haver ainda assistência escolar em tôdas as freguesias, não impede que o ensino obrigatório seja posto em prática nos pontos, onde ela exista de facto.

Na sede do concelho, desde 1912 que a assistência escolar está organizada. Deve-se à iniciativa de alguns homens bons desta terra a fundação da Cantina Escolar Vimaranesense, anexa às Escolas Centrais da cidade. Esta bela instituição que, pelos seus fins humanitários, devia merecer a simpatia de tôdas as pessoas gradas de Guimarães, foi, desde o seu início, olhada com certo desdém e até humoristicamente criticada por pessoas que, pela sua posição social, tinham o dever de a respeitar e auxiliar. Desde 1913, que a Cantina é dirigida e administrada por um Conselho de Assistência Escolar; e, apesar da tremenda crise económica que atravessamos e da nenhuma protecção que os beneméritos de Guimarães lhe teem dispensado, vão ali, diáriamente, para cima de duzentas crianças tomar uma refeição de pão e sopa. Mas a acção do Conselho de Assistência não se tem limitado somente à administração da Cantina. A êle se deve a construção dum balneário, o melhoramento dos recreatórios, a aquisição de vestuário para as crianças, a criação da «Colmeia Agrícola» que por algum tempo funcionou, como disse, nos quintais da escola, o cultivo dos mesmos quintais, etc. Muito mais longe poderia ir a acção do Conselho de Assistência, se pudesse contar com o auxílio material e moral dos vimaranenses. Mas, infelizmente, apenas meia dúzia de criaturas amigas das coisas da instrução e educação das crianças a ela se teem dedicado: António Justino Ferreira, como principal iniciador e fundador da Cantina; Alvaro Penafort; António de Madureira; Capitão Luís de Pina e António Lopes de Carvalho. Este último tem sido o que mais se tem interessado e trabalhado pelos progressos da Assistência Escolar e presentemente é o único particular que a não abandona e que continua a prestar-lhe os seus valiosos serviços. Teem prestado também

relevantes serviços as professoras D. Aida Teixeira Nunes de Sousa e D. Luísa Guedes da Fonseca Miranda.

Para o efeito do fornecimento às crianças de material de ensino, existe a caixa escolar "A Solidária", instituída pelo Conselho de Assistência. As crianças contribuíam para esta caixa com a cota de dois centavos por semana; esta cota foi ultimamente elevada a cinco centavos, devido ao excessivo custo dos livros e do papel. "A Solidária" fornece às crianças todo o material de que necessitem, desde a primeira à última classe.

Nestas condições, ¿porque se não ha-de pôr em prática o ensino obrigatório nas escolas da cidade? Organize-se o recenseamento, como era de costume, mas conscienciosamente, por forma a que êle seja uma relação autêntica das crianças, em idade escolar, existentes na área da cidade; que as escolas particulares enviem ao Director das Escolas Centrais, no fim do mês de Outubro, uma nota das crianças matriculadas nessas escolas; e os pais ou encarregados da educação das crianças, que recebam ensino doméstico, comunicá-lo hão também ao mesmo Director, afim de ser dada a baixa nos respectivos cadernos do recenseamento. Feito isto, será então enviada à Junta Escolar cópia do recenseamento com as descargas das crianças matriculadas, afim de ela, auxiliada pelas comissões que nomearia para cada uma das freguesias da cidade, composta de homens dedicados à causa da instrução e educação do povo, promover, por todos os meios, a escolaridade das crianças não matriculadas.

Sobre a obrigatoriedade nas escolas das freguesias rurais, não se poderá avançar tanto, por falta de assistência; mas, sendo esta destinada às crianças extremamente pobres que não podem freqüentar a escola, parece que só essas podem ser dispensadas da freqüência. E' certo, porém, que nas aldeias há muitas crianças, filhos de pais remediados, principalmente de agricultores, que não vão à escola. Para estes não pode haver isenção e só o rigor da lei poderá obrigar os responsáveis ao cumprimento do dever.

Ouve-se dizer, a cada passo, aos trabalhadores do campo que os seus pais não sabiam ler nem escrever e, no entanto, levaram bem a sua vida. Mas o que êles

não sabem, porque a ignorância os cega, é que a agricultura está atrozadíssima entre nós; que os processos de cultivar a terra são antiquíssimos e que as propriedades produzem o mesmo que produziam há mais dum século. Ora sobre êste ponto é que precisamos de meditar, porque se trata dum caso que afecta a economia do país. Para darmos remédio a êste mal, é só educando as gerações novas, tornando o ensino obrigatório para todos aqueles que não são necessitados, enquanto a assistência escolar não permita que o seja para todos. E, porque o nosso temperamento de meridionais não é dado a leis severas, porque qualquer razão apresentada pelos lavradores nos comove e achamos justa, como seja a de que os seus filhos lhes fazem falta para a guarda de gados, etc., devemos recorrer a cursos nocturnos ou dominicais, fixos ou móveis. O programa destes cursos seria simplesmente ler, escrever e contar, instruções sobre agricultura e nada mais. O programa de sciências nas escolas primárias das freguesias rurais deve incidir sobre agricultura, cooperativismo agrícola, etc.

Já que falei de cursos nocturnos nas aldeias, é preciso que fale também da necessidade da sua criação dentro da cidade e nos principais centros industriais do concelho. A população do nosso concelho pode dividir-se em duas classes: operários das fábricas e oficinas; e agricultores. Estes distinguem-se pela sua dedicação ao trabalho rude do campo e pela moralidade dos seus costumes; aqueles tem por escola a taberna e por costumes a depravação; o vício e a miséria. Se aos agricultores são necessários cursos que os eduquem, por forma a que o seu trabalho deixe a rotina e se modernize, aos operários são mais necessários ainda, para os levantar do pântano de miséria moral e física em que jazem. Na cidade, pois, e nos centros industriais como Pavidem, Vizela, Taipas e S. Torcato, é necessária a criação destes cursos, cujo fim não seria propriamente o de ensinar a ler, escrever e contar, mas um meio de propaganda dos bons costumes e da economia doméstica.

O meu sistema de ensino.
Causas que contribuem para a deficiência
do ensino nas Escolas Centrais.
Higiene escolar

Muito por alto, porque o tempo me não dá para mais, vou dar uma ideia daquilo que faço na minha escola e do que poderia fazer, se não fôsem os vários empecilhos e deficiências que estorvam a acção do professor. A Escola Central que dirijo, há perto de sete anos, deveria ser, pela sua maneira de funcionar, o modelo de todas as outras. Embora o ensino nela ministrado seja mais perfeito do que o que se ministra na maior parte das escolas do concelho, está muito longe ainda de ser o que deve ser. ¿Quais os motivos? Não se pode responder de pronto. Os motivos são muitos e não está, por infelicidade, somente na alçada dos professores o fazê-los desaparecer. Vamos, pois, ao assunto:

Estamos nos primeiros dias do mês de Outubro, começo do ano lectivo. Como não há recenseamento organizado, a matrícula das crianças faz-se *ad hoc*. A maior parte delas apresentam-se sós, sem ninguém que as acompanhe, afim de dar, ao menos, as informações necessárias, para o registo no livro de matrícula geral. E' uma falta grave esta de os pais, tutores ou encarregados da educação das crianças não as acompanharem, pelo menos quando elas vão a primeira vez para a escola. Para bem se educar uma criança, é preciso, primeiro que tudo, conhecê-la, no que diz respeito ao seu carácter, à sua saúde, etc.; e só as pessoas que convivem com ela poderão, com as suas informações acerca da vida dela, auxiliar imenso o professor na sua árdua tarefa. Há dias, uma professora da escola informou-me do seguinte: «Uma aluna sua estava doente. Soube, indirectamente, que a família dessa aluna dissera que a criança se havia achado doente, em virtude de, na Cantina, a terem obrigado a beber a água do caldo, que lhe fazia sempre mal. A criança é muito aplicada e obediente na escola, e eu, continua

a professora, entendi de útil para a criança vigiar pela sua alimentação na Cantina, para a compensar do esforço expendido com a sua aplicação nas aulas. Recomendava-lhe, portanto, que se alimentasse bem e como a criança era obediente, executava as minhas ordens, não deixando nada da sua ração.» A professora procedia na melhor das intenções, porque desconhecia as condições físicas da criança. A família que sabia que a criança se achava mal, ¿porque não foi ter com a professora, dizer-lhe o que havia sobre a saúde dela? Os pais não deveriam só acompanhar os filhos à escola no acto da matrícula; deveriam ir, a cada passo, conferenciar com os professores, inquirindo dos seus progressos no estudo e dar informações sobre tudo que possa influir na educação deles. O ensino é semelhante a um edificio que se construi. Para que elle fique perfeito e seguro, é preciso que essa perfeição e segurança venha logo desde o começo da obra, dos alicerces, portanto. Parecem coisas mínimas estas da falta do recenseamento escolar e da apresentação das crianças à matrícula «au jour le jour», mas o que é certo e eu afirmo é que elas influem muitissimo nos bons resultados do ensino.

Não obrigo, é claro, as crianças a voltar a casa chamar os seus pais, para as acompanhar, porque seria o mesmo que despedi-las; não voltariam mais e o mesmo aconteceria se lhes exigisse documento comprovativo da sua idade. Contento-me com as informações dadas pelas próprias crianças ou por outras mais crescidas que as acompanham. E tudo isto acontece assim por não existir de facto a obrigatoriedade do ensino.

A lei de instrução primária, em vigor, faculta duas épocas de matrícula, uma em Outubro e outra em Março. Acho boas as disposições da lei sobre este ponto. Como o ensino tem sido completamente facultativo e não obrigatório, a maior parte das crianças nunca se vinha matricular no começo do ano lectivo; aparecia em qualquer altura do ano e muitas vezes quasi no fim. Por esta forma, sofria muito a boa ordem dos trabalhos escolares.

Feita a matrícula, procede-se à selecção dos alunos e sua distribuição por classes. Nas escolas centrais, diz a lei, haverá um professor para cada classe; mas

nem sempre isso acontece, porque as entidades e corporações, que superintendem na administração do ensino, generalizam a doutrina do artigo que diz que numa escola haverá tantos professores quantos os grupos de trinta e seis alunos que; em média, a freqüentem. Sendo certo que, na Escola Central, as classes mais adeantadas tem sempre uma média inferior a trinta e seis alunos, ao passo que as primeiras classes teem uma média muito superior, acontece que os superintendentes do ensino, em vez de autorizar o desdobramento destas classes, são de opinião que os professores que teem poucos alunos na sua classe tomem conta dum grupo de alunos doutra. Nestas condições, pois, a escola deixa de ser central, para funcionar como uma paroquial. Se a Escola funcionasse rigorosamente como Central, deveria produzir muito mais e melhor do que as escolas paroquiais; assim não se lhe poderá exigir serviço muito além do que estas produzem, embora ela o tenha apresentado. A Escola Central de Guimarães, quasi que, em todo o tempo que a tenho dirigido, não tem funcionado como central. Alguns professores teem tido, com interrupções é certo, mais do uma classe a seu cargo. Eu, por exemplo, quasi que em todos os anos tenho tido duas e presentemente tenho três; duas que me foram distribuídas, no princípio do ano lectivo, e uma que pertence a um professor que não está em exercício e não foi substituído interinamente. Teem freqüência pequena, mas não deixam de ser três classes que é preciso leccionar simultaneamente e com programas diferentes. Poderá alguém argumentar que nas escolas paroquiais, onde não há fusão, os respectivos professores teem a seu cargo todas as classes. ? Mas, pergunto eu, as escolas centrais não foram criadas para nelas ser ministrado um ensino mais perfeito, um ensino experimental, pondo-se aí em prática os métodos e processos que a moderna pedagogia vai aconselhando? É preciso, pois, que as Escolas Centrais não sejam só centrais para lhes serem exigidos serviços como tais, mas também para lhes serem dados os elementos precisos para elas serem o que devem ser.

Feita a distribuição do serviço, cada um dos professores dirige-se com os alunos que lhe pertencem para

a sala da classe. O meu primeiro acto ao iniciar o novo ano lectivo, é determinar o lugar que cada aluno deve ocupar na sala da aula. Os alunos não podem ocupar lugares a êsmo. É preciso que a altura da carteira, que cada um ocupar, seja proporcional à sua estatura. Depois há que atender à agudeza visual e auditiva. Para a avaliação da agudeza visual, utiliza-se o quadro optométrico dos Drs. Mário Moutinho e Costa Sacadura e, para a agudeza auditiva, o tic-tac do relógio, conforme as indicações expostas pelo prof. António Aurélio da Costa Ferreira, nas suas «Lições de Psicologia e Pedagogia» (pág. 47 a 60). Depois desta operação feita, distribuo, então, os alunos pelos seus lugares de forma que os infra-normais, no sentido da vista, fiquem próximos do quadro preto e os infra-normais, no sentido do ouvido, próximos da minha mesa. Isto faço-o para as classes que estou obrigado a leccionar durante todo o ano lectivo. A minha acção sobre este ponto poderia ir mais longe, pelo menos no que diz respeito à pesagem e medição das crianças. A pesagem é de grande importância para se conhecer da harmonia do desenvolvimento físico da criança. O peso está em relação com o crescimento e com a idade. Não tenho procedido a estas observações, por falta de material apropriado, como seja: uma balança e uma craveira, pelo menos. Ainda nesta altura, era-me preciso conhecer das condições físicas dos meus alunos; mas, para isso, torna-se necessária a presença do médico escolar. A Escola Central, como todas as escolas do concelho, está entregue à fiscalização sanitária do Subdelegado de saúde. ? Como pode este funcionário desempenhar-se bem desta missão, se o cargo de Subdelegado de saúde é exercido parece que quasi por favor? Eu já nem me recordo de a minha escola ter sido visitada pelo médico, e todavia existe nela um livro, próprio para nêle serem exaradas as impressões dessas visitas, mas que está em branco. Ora, se o Liceu e a Escola Primária Superior teem médico próprio, ? porque é que as escolas primárias gerais o não teem, se com mais razão o deveriam ter? É evidente que o médico das escolas primárias gerais não seria verbo de encher, como acontece com os outros estabelecimentos de ensino; a sua acção deveria reflectir-se praticamente no

aperfeiçoamento e progresso do ensino. Da importância da inspecção médica das escolas, fala-nos, com autoridade, o eminente pedagogista Sr. Dr. Faria de Vasconcelos, na sua recente obra «Problemas Escolares» (pág. 19 a 25).

Na falta do médico, pois, vou-me valendo das minhas habilidades. Não me preocupo, nos primeiros dias lectivos, com as lições do horário-programa. Converso com os meus alunos sobre coisas diversas, inquirindo das suas condições de vida e das suas famílias, para ir conhecendo qual o meio em que elles vivem. Vou-lhes assim adivinhando, pouco a pouco, o carácter, ganhando a simpatia e a confiança, o que já é muito. Passados alguns dias, começo, então, por distribuir-lhes o material de ensino, cadernos, penas, livros, etc., e vou dispondo o material necessário à execução do programa da classe. E' o que se chama preparar a ferramenta para o trabalho. Depois vou-lhes dando a conhecer o horário-programa que elles vão copiando nos seus cadernos. E' nesta ocasião que começo a executar o meu plano ou sistema de educação, cujo fim principal é o rejuvenescimento físico e moral da raça. «Mens sana in corporæ sano» é o antigo aforismo pedagógico. Formar homens sãos e almas sãs primeiro; desenvolver as suas faculdades depois. Para mim, a educação física deve ocupar o primeiro lugar; o segundo a educação moral e o terceiro a educação intellectual.

Para a educação física dos meus alunos, faço-lhes diariamente uma revista higiênica, examinando o estado de limpeza em que elles se apresentam na escola. Vou-lhes fazendo criar hábitos de asseio e limpeza, por meio de prelecções, aproveitando todas as oportunidades que a tal respeito se me ofereçam. Nos exercícios de gymnástica não insisto muito. Herbert Spencer diz que a gymnástica, como meio de desenvolver fisicamente a criança, não é de bons resultados. A gymnastica obriga a posições forçadas que a cansam. Para se desenvolver, ela precisa de estar à vontade, alegre, satisfeita, o que só acontece quando brinca, joga e salta ao ar livre. São pois os jogos ao ar livre, que Spencer aconselha, que eu permito aos meus alunos nas horas de recreio, e só recorro à gymnastica como meio de disciplina.

Sobre a educação moral, procuro sempre inutilizar todas as manifestações grosseiras das crianças, incutindo-lhes o doce sentimento da bondade. Não há hora nem dia determinado para lições de moral. Qualquer falta cometida pelos alunos, a leitura d'um trecho, um facto acontecido, etc., etc., são sempre motivos que eu aproveito para lições de moral. Faço por me comportar de forma a poder falar com autoridade aos meus alunos. Na mesma classe, há crianças que vivem em meios muito diferentes. E' fácil conhecê-los nos seus modos e nos seus actos. Aqueles que vivem em meios depravados, onde a desmoralização é completa, costumam conquistá-los pelo coração. Para estes, de nada valem os processos violentos, porque a elles estão habituados em casa, quando o pai entra ébrio a altas horas da noite e os espanca e à espôsa, proferindo palavras indecentes. Os processos suaves e meigos sensibilizam-nos e dão-lhes a impressão de que a vida da escola é muito diferente da vida da sua casa. Torna-se-me difícil, por vezes, a minha missão sobre este ponto, porque reconheço que a minha acção é inutilizada, em grande parte, pela escola dos pais; mas persisto e tenho reconhecido que todos os meus alunos, mesmo depois de abandonarem a escola, me ficam estimando. Vejo-os, a cada passo, já homens, passarem por mim e descobrirem-se respeitosamente. Há dias, estive doente e, apesar de residir um pouco distante da sede, os meus alunos procuraram-me por diversas vezes, para saberem do meu estado. Estimam-me, porque os estimo; amam-me, porque as amo.

Influi muito também na educação moral das crianças a disciplina. Eu creio ter dito já o bastante, para dar a entender a maneira como mantenho a disciplina na minha classe. Em primeiro lugar, faço por conhecer o carácter das crianças e conquistar-lhes a simpatia; em segundo procuro ordenar o melhor possível os trabalhos escolares. E' preciso que a criança saiba qual é a hora de recrear e qual a hora de trabalhar. No fim de cada aula, há um intervalo de quinze minutos. Quando os alunos voltam do recreio e entram na sala da aula, já sabem o que vão fazer. O que dá motivo à indisciplina, dentro da escola, é as crianças estarem sem ter que fazer. Estando elas em actividade,

com a atenção presa à execução dum exercício, não brincam, nem fazem barulho.

Quanto à educação intelectual, depois de ter procedido aos trabalhos preliminares, a que já me referi, começo por explicar, muito ao de leve, as primeiras lições do programa, previamente preparadas e anotadas dia a dia em caderno especial. Uso as formas expositiva, socrática e mixta, conforme o objecto de ensino e emprego o processo empírico-real, isto é, concretizo, tanto quanto possível, o assunto da lição. O meu modo de ensino é o simultâneo directo e somente recorro ao individual com os «arrières», atrasados mentais. O método analítico-sintético é o preferido, tendo sempre em vista caminhar do fácil para o difícil, de maneira que haja sempre continuidade ou relação entre a lição dada e a seguinte. Obrigo os alunos a raciocinar, de modo que fiquem com a consciência daquilo que vão aprendendo. Eis, em resumo, qual é a orientação que dou ao meu ensino.

Há, porém, algumas causas que me impedem de levar, por vezes, esta orientação à risca. O meu cargo de director da escola obriga-me muitas vezes a abandonar a minha classe. Antigamente, o director tinha um professor ajudante, para o substituir nos seus impedimentos; agora não. O director é directamente responsável pela sua classe ou classes, cumprindo-lhe apresentar serviço como os outros professores, tendo, além disso, a responsabilidade de toda a escola, o serviço de matrículas, escrita, estatística, etc. Nos impedimentos a que o obriga este cargo, e a quem há-de entregar a sua classe? Ficando a classe abandonada, embora seja por momentos, não é isso motivo de indisciplina e falta de aproveitamento? Mas há mais: Além do inconveniente, que já relatei, de nem sempre os professores terem uma só classe, a lei determina que nas escolas centrais nunca deixará de haver aula pela falta dum professor; o director tomará conta da respectiva classe, ou outro professor qualquer. Ora a lei determina também que o professor deve registar, em caderno especial, as lições de cada dia e prepará-las convenientemente. Acontecendo de faltar um professor, vai outro receber mais uma classe inesperadamente. Como há-de ele alterar rapidamente os tra-

balhos já ordenados para aquele dia? E que lucra a classe *emprestada*, chamemos-lhe assim, constituída por alunos que o professor substituto não conhece, habituados talvez a métodos e processos de ensino diferentes? Nada, absolutamente nada. Vai mas é disciplinar a outra classe. Nos outros estabelecimentos de ensino, quando falta um professor, os outros não o substituem e os alunos não teem aulas. Porque não há-de ser assim também nas escolas centrais, com o que a educação lucraria? Se a ausência do professor faltoso ao serviço é demorada, o seu substituto lá vai agüentando com o serviço d'ele, tendo de alterar o seu plano de trabalho organizado, no começo do ano lectivo. A Junta Escolar tem por dever, em tais casos, fazer a nomeação immediata dum professor interino; mas, como a nomeação de interinos quasi sempre se faz, não para o interesse do ensino, mas para conveniência dos interessados, se há pedidos para a colocação dum protegido ou protegida, a nomeação faz-se logo, ainda que a interinidade seja de poucos dias; mas, se não há pedidos, passam-se meses sem a nomeação se fazer, ou nem se faz nunca.

Dá-se também, por vezes, um outro caso que é de grande conveniência remediar. A Junta Escolar faz a nomeação dum professor interino; dirige ao interessado a comunicação de que foi nomeado; este, ou porque já está colocado noutra parte, ou porque não lhe convém a interinidade, responde que não toma posse; gastam-se nisto seguramente uns quinze dias; depois espera-se para a sessão seguinte para se fazer a nomeação do concorrente immediato, com o qual sucede o mesmo que com o primeiro, e anda-se neste jôgo uma temporada, estando a escola à espera. Ora para evitar tudo isto, eu entendo que os concorrentes às interinidades devem ser obrigados a tomar posse da escola, para onde tiverem sido nomeados em primeiro lugar; e, não tomando posse, devem perder o direito à nomeação para outra parte, para o que a Junta que tiver feito a nomeação fará a devida participação a todas as Juntas dos concelhos, onde o nomeado tenha concorrido. No caso de o nomeado tomar posse, deverá também comunicá-lo às mesmas Juntas dos concelhos, onde tenha concorrido, para lhe ser dada baixa nas

respectivas listas de concorrentes. Creio que, por esta forma, se regularia melhor o serviço, no que diz respeito às nomeações de professores interinos que, a continuarem a ser feitas como até aqui, de pouco valem aos interesses do ensino.

A nova reforma da instrução primária baniu os exames de passagem de classe nas escolas centrais, ficando as passagens a ser feitas sob a responsabilidade do respectivo professor. O legislador, porém, não previu o caso de que nem sempre é possível a rotação e que os alunos tem de passar a outro professor. Ora isto dá margem, por vezes, a certas reclamações, porque o professor que recebe os alunos nem sempre está de acôrdo com as suas passagens, visto não os reconhecer como habilitados nas matérias do programa da classe donde provêm, enquanto que o professor que faz as passagens garante a habilitação dos seus alunos. Eis outro inconveniente que é preciso remediar e que se remedeia, determinando-se que, sempre que se dê o caso de os alunos que transitam de classe mudarem de professor, haja exames de passagem, nos quais intervirão o professor que faz as passagens, o professor que recebe os alunos e o director da escola.

Janeyro de 1922.

Prof. JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES.

P. S. — Êste trabalho humilde, aproveitamento de algumas horas subtraídas à fajna dura da vida, não é bem aquilo que eu desejava que fôsse. O escasso tempo de que pude dispôr obrigou-me a resumir demasiadamente alguns assuntos e a pôr de parte outros. Há, porém, um que eu julgo indispensável aqui e cujo acrescentamento farei oportunamente. Trata-se de uma síntese estatística do movimento escolar no concelho, com as notas precisas, de forma que seja uma espécie de balanço feito à instrução no concelho de Guimarães. — ALMEIDA GUIMARÃES.